

**A CELEBRAÇÃO DA INFÂNCIA:
OS CONCURSOS DE ROBUSTEZ E A CONSTRUÇÃO DE UMA INFÂNCIA
HIGIENIZADA EM SÃO PAULO (1920-1930)**

Rosângela Ferreira de Souza

UNIBAN

O presente trabalho tem como objetivo analisar a promoção, organização e desenvolvimento dos concursos de robustez em São Paulo nas primeiras décadas da República. Pretende estudar a lógica da realização de tais eventos, as práticas discursivas de seus idealizadores e as relações de higiene vigentes àquela época e a constituição de uma identidade infantil, dando continuidade aos estudos realizados na elaboração da dissertação de mestrado intitulada “Vínculos do Feminino: Puericultura e relações de gênero (1920-1940)”.

Os concursos de robustez foram explorados, a partir, de artigos publicados em jornais da grande imprensa, periódicos educacionais, em especial a Revista **Educação** (artigos descritivos destes eventos), legislação, arquivos de instituições de assistência à infância e de órgãos responsáveis pela saúde e higiene das crianças, nos quais a divulgação dos concursos ocorria por ocasião de Comemorações do Dia das Crianças. A análise das festas infantis permitiu revelar como essa categoria de análise histórica delineou os lugares sociais das crianças da cidade, lugares que definiam olhares e práticas sociais diferenciados, o ideal de cidadão capaz de servir à pátria, na especificidade de seu lugar social, mas com um ideal comum, ou seja, relacionado à formação da identidade brasileira sob a égide da civilização.

No ser humano, o período de crescimento que vai do nascimento à infância foi objeto, de uma perspectiva histórica, dos mais diferentes estudos, principalmente no século XIX, momento no qual a criança passa de adulto em miniatura a sujeito com características próprias, necessitando de cuidados especiais para o seu desenvolvimento:

“A proteção à infância é o motor que a partir do final do século XIX impulsiona em todo mundo ocidental a criação de uma série de associações e instituições para cuidar da criança, sob diferentes aspectos: da sua saúde e sobrevivência - com os ambulatórios obstétricos e pediátricos; de seus direitos sociais - com as propostas de legislação e de associações de assistência; da sua educação e instrução – com o reconhecimento de que estas podem ocorrer desde o nascimento, tanto no ambiente privado, como, no

espaço público. Nesse processo, distribuem-se competências e atribuições do Estado e da sociedade, delimitam-se os campos jurídico, médico assistencial, educacional, assim como se debatem definições legais e normativas” (Kulhmann, 2002, p. 464).

Nesse período, no Brasil, havia a preocupação com os altos índices de mortalidade infantil. As preocupações com este tema aparecem também no periódico em publicação “Puericultura e mortalidade infantil”, de Maria Antonieta de Castro, que chama a atenção para o fato que, desde 1905, no I Congresso Internacional das Gotas de Leite, já se aconselhava aos poderes públicos à valorização da higiene infantil. Para tal propósito, a puericultura constituir-se-ia como uma das principais armas:

“(...) Por ser a criança frágil, mais facilmente sucumbia às doenças e morria, além disso, o próprio estado com que as crianças eram lançadas na roda (...) Tudo isto combinado explicava o elevado nível de mortalidade infantil” (Gondra, 1990, p. 104).

No início do século XX foram retomadas essas inquietações com a consolidação de iniciativas de proteção e assistência à infância. Em 1919, o Departamento da Criança no Brasil, fundado por Moncorvo Filho no final do século XIX, passou a organizar um serviço de informações acerca de instituições públicas e privadas que prestavam assistência direta ou indireta à infância.

O discurso médico do programa apregoava que a criança tinha uma tendência natural à cura, sendo desnecessária a prescrição de medicamentos e recorrendo-se a terapias alternativas, como dieta adequada, ar fresco, sol. Essas atividades concorreriam para o desenvolvimento natural do corpo infantil e de sua sanidade mental. Na Argentina, por exemplo, ocorreram a partir de 1916, os Congressos Americanos da Infância, os quais impulsionaram em 1922, a realização de uma versão deste congresso no Brasil:

“O Congresso Brasileiro de Proteção à Infância/Congresso Americano foi dividido em 5 seções: Sociologia e legislação (particularmente em relação à família e à coletividade); Assistência (em relação à mulher grávida, mãe ou nutriz, às crianças da primeira e segunda idade), Pedagogia (especialmente em relação à psicologia infantil e à educação física, moral e

intelectual, inclusive à educação profissional, Medicina, (Medicina infantil e pediatria em geral, cirurgia, ortopedia e fisioterapia) Higiene (eugenia, higiene privada da primeira e segunda infância, estudo da química alimentar da criança da primeira idade, higiene pública, principalmente das coletividades, sobretudo a higiene escolar” (Kulhmann, 2002, p. 463).

O discurso corrente sobre a infância e a educação a esta destinada está permeado por idéias segundo as quais uma infância saudável seria o eixo motivador da construção de uma nova sociedade:

“Os cuidados com a infância tornam-se um aspecto a ser considerado nesse modelo de nação moderna, com suas políticas sociais e instituições. O CBPI (Congresso Brasileiro de Proteção à Infância), tinha por objetivo ‘tratar de todos os assuntos que direta ou indiretamente se refiram à criança, tanto no ponto de vista social, médico, pedagógico e higiênico, em geral, como, particularmente em suas relações com a Família, a Sociedade e o Estado’ ” (...) (Kulhmann, 2002, p. 465).

Durante o Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, a educação adquiriu status de “núcleo catalisador das propostas para a infância”, merecendo destaque as questões relacionadas ao campo da higiene e da saúde. A temática apresentada durante o evento caracterizou-se por referências ao cuidado da infância em outros países e sua função na constituição de um futuro seguro para a nação brasileira:

“Na análise dos textos que tratam de temas educacionais, encontram-se três tipos de referências: uma que trata da infância e da educação na produção da nação moderna, com referências aos países em que se espelhar, ao povo brasileiro, à conjunção das políticas sanitárias e educacionais; outra caracteriza a pedagogia como conhecimento especializado, que se nutre da contribuição das diferentes ciências que tomam a infância como objeto de estudo, para formar as profissionais e orientar as famílias na educação das crianças; finalmente, a educação é vista como meio ordenador na nação, pela subdivisão social da infância e pela educação moral” (Kulhmann, 2002, p. 467).

Em 1927, o governo brasileiro consolida todas as leis existentes a respeito da assistência e proteção à infância, criando assim o primeiro Código de Menores. Essa legislação foi produto de décadas de lutas, sempre mais intensas, para proteger as crianças pobres de doenças, das precárias condições de sobrevivência e daquilo que alguns acreditavam ser a ignorância e superstição de suas mães. À medida que higienistas e eugenistas elevavam a ciência da saúde física e moral a um novo patamar de urgência, uma multidão de especialistas em medicina e assistência social propunha-se instruir as mães nos princípios básicos de saúde e higiene. Tais preocupações podiam ser também verificadas, especificamente durante o governo Vargas:

“A mortalidade infantil, enquanto responsável por ‘cifras desoladoras’ em todo país, constituía-se no grande fantasma a ser exorcizado. A condição para a construção de uma nação composta por ‘cidadãos fortes e capazes’ e, por essa via, a concretização do próprio projeto nacionalista, repousava na prevenção da vida, na manutenção da saúde e no desenvolvimento físico e mental das gerações futuras, meta social que o poder público devia se empenhar em atingir com a cooperação da iniciativa particular” (Vilhena, 1988, p. 261).

Essas preocupações acentuaram-se, pois as crianças, principalmente as das classes populares, eram consideradas como matéria-prima fundamental no projeto de nação que se forjava. Segundo as elites econômicas, políticas e sociais, as famílias pobres constituíam-se em núcleos incapazes de fornecer à criança um desenvolvimento físico e mental adequado, devendo o governo assumir todo o conjunto de cuidados e assistência a essas crianças:

“As elites associavam as crianças das classes baixas urbanas a um entendimento de nação proveniente das classes altas. Para as elites, estas crianças representaram um patrimônio econômico e socialmente significativo, graças à sua potencialidade produtiva: eram as matérias-primas de que se construiria uma força de trabalho confiável e leal” (Pereira, 1999, p. 13).

Para médicos e políticos, o estabelecimento de uma ordem social brasileira ideal e de uma identidade para a criança brasileira dependeria da forma como o governo resolveria os problemas da mortalidade infantil e delinquência juvenil inerentes à infância. Esse crescente interesse por essa temática gerou a organização de associações de proteção à criança que disponibilizavam assistência médica às gestantes e, posteriormente, aos seus bebês fornecendo-lhes roupas, medicamentos e alimentação, informações de como cuidar da criança para que esta se tornasse um cidadão sadio em uma nação politicamente organizada.

“Forjar o adulto na criança era tema recorrente na época. São emblemáticas as declarações quanto ao fato comprovado de que a idade mais propícia para um trabalho produtivo da higiene seria a infância. A maleabilidade da criança, sua disponibilidade em se deixar influir pelos bons exemplos e pelo ambiente que a circunda, ou ainda, aos possíveis efeitos perniciosos e perturbadores que ainda não teriam se tornado definitivo” (Stephanou, 2000, p. 11).

Além disso, especificamente na década de 20, foram promovidos congressos e encontros com a finalidade de propiciar a troca de informações e idéias para exercer pressão política a fim de que se criassem leis sobre a infância e estabelecer como objetivo fundamental a sua higienização:

“O Primeiro Congresso Brasileiro ocupou-se principalmente das questões relativas a assistência à infância, tendo apresentado sessões a respeito da Sociologia e Legislação, Assistência, Pedagogia, Medicina Infantil e Higiene. As conclusões e recomendações do Congresso revelam uma forte tendência para a centralização e o controle governamental da assistência infantil pública e privada. Os participantes apelaram para os governantes, instando-os a estabelecer o dia 12 de outubro como Dia Internacional da Criança; prescreveram a regulamentação da produção e do consumo de alimentos infantis enlatados e a criação, em homenagem ao Centenário da Independência Brasileira, de um instituto internacional para a proteção das crianças no Rio de Janeiro que deveria centralizar o recolhimento e a

classificação de dados referente à infância” (Pereira, 1999, p. 10-11).

Dessa forma, a infância era revestida de um caráter essencialmente econômico: produzir sujeitos sadios, desde a mais tenra idade que, futuramente, seriam incorporados ao mundo do trabalho: “(...) *O aproveitamento e avigoramento da criança representavam a economia, o acréscimo das forças vivas da nacionalidade*” (Gondra, 2000, p.105).

O “cuidar” da infância transitava pelas mais diferentes instâncias sociais, ora sob a responsabilidade do Estado, ora como preocupação de toda sociedade. Na primeira Conferência Nacional de Educação, a infância permanecia em discurso, o que podia ser evidenciado na quantidade de teses em que esse tema é tratado, central ou secundariamente. Após o término da Conferência, a revista Educação reproduziu artigos com a íntegra das teses defendidas durante o evento. Os temas mais recorrentes e que interessam a este trabalho referiam-se à Educação Sanitária e Higiene, tendo Belisário Penna como um dos principais destaques:

“Na tese que apresentou à primeira Conferência de Educação, Belisário Penna deslocava o tema da unidade social propondo como sua condição a educação higiênica e eugênica popular. A consciência nacional só tinha condições de se firmar nos povos em que predomina a saúde biopsíquica, de que resulta o trabalho inteligente e produtivo, desde o bem estar geral, a solidariedade e a moralidade. Por isso, tornava-se indispensável criar a consciência sanitária coletiva pela educação higiênica que se firmava, na escola, no lar, nas fábricas e nas casernas, a fim de gravar o espírito de toda a gente e o valor inestimável econômico, étnico, moral e social da normalidade biológica resultante da saúde, entre outras coisas” (Carvalho, 1988, p. 317-318).

Multiplicaram-se no período as comemorações da infância com festas cívicas, concursos de robustez, nos quais eram reforçadas as políticas sociais da infância, com a divulgação de práticas higienistas como campanhas de vacinação e combate a doenças, a elaboração de regulamentos sanitários e serviços de inspeção sanitária escolar:

“Compreender a lógica da realização de tais concursos só é possível no interior de uma rede de práticas discursivas que lhe conferiam significação. (...) trata-se de buscar apreender a comemoração da criança robusta como prática social, cujo significado e relevância deve ser buscado em uma rede maior de relações de poder. Este evento dá-se no bojo da divulgação do ideário eugenista, fortemente presente no pensamento cientificista característico do período. A promoção da infância sadia constituía estratégia privilegiada de divulgação da eugenia, pois, ao festejar a infância bela e robusta criavam-se condições de disseminação e irradiação do ideal de aprimoramento racial” (Veiga, 1999, p. 150-151).

Os concursos representavam um ideal da medicina e de raça para a saúde: os prêmios eram dados a bebês brancos, gordinhos e saudáveis. Com essas características, pois, havia oposições à mistura de raças, pois se pretendia avançar com o ideal eugênico de embranquecimento da população.

Durante a Primeira Semana de Educação, realizada pela ABE, no Rio de Janeiro, noticiada e comentada pela revista Educação no número de agosto de 1928, destacamos a comemoração do Dia das Crianças:

“Festas ao ar livre com o concurso de alunos de todas as escolas. Promover visitas e despertar o interesse do povo pelas creches, gotas de leite e dispensários infantis em sua função educativa das mães e seu papel na eugenia.” (s/autor, p.175).

No início do governo Vargas acelerava-se a organização de um congresso na capital federal que iria reunir os trabalhos apresentados pelos estados e que serviriam de base para a formulação de “métodos e diretrizes” destinados a auxiliar o Governo Federal a “promover o bem-estar, a saúde, o desenvolvimento e a educação da criança, desde antes do nascimento, pela assistência à maternidade, até a idade escolar e a adolescência” (Veiga, 1999, 151).

No interior do movimento de transformação da escola, nos anos 20, em ambiente privilegiado para educar indivíduos, ocorre uma modificação na concepção de

infância, na qual seria dado um direito à “puerilidade” e reconhecimento de sua condição humana,

“(...) que deixava de ser um tempo perdido, uma idade pré-adulta desprovida de maior significado que o de preparar o adulto, passando a ser considerada positivamente, como ‘um estágio necessário à formação, ao amadurecimento humano’”(Lima, 1985, p.118).

Em 1933 realizou-se no Rio de Janeiro a Conferência Nacional de Proteção à Infância, patrocinada pelos poderes públicos e que reuniu delegados dos estados e representantes de todas as entidades envolvidas na questão. Um dos resultados mais imediatos dos debates aí realizados foi a criação da Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, em 1934, diretamente vinculada ao Ministério da Educação e Saúde Pública extinguindo-se, por isto, a antiga Inspetoria de Higiene Infantil.

Esse conjunto de iniciativas de amparo e valorização da criança culminaram, a partir de 1940, na criação do Departamento Nacional da Criança, primeiro programa estatal de proteção à maternidade, infância e adolescência no Brasil:

“O modelo assistencialista do DNCr era baseado na criação de certos equipamentos públicos, principalmente os chamados postos de puericultura, onde todas as mães (e não só as pobres) deveriam receber orientação médica desde o início da gravidez, seguindo-se o acompanhamento da criança até a fase escolar, quando entrariam em cena as Casas da Criança que correspondiam a um tipo de escola com orientação médica. (...) o programa, portanto, dependia da boa vontade de certas figuras sociais que podem ser divididas em três categorias: A) os profissionais: médicos e professoras; B) as autoridades públicas: prefeitos e Juízes; C) a elite moral: os ricos e especialmente as brasileiras. Outros grupos como o clero católico, assistentes sociais, os dentistas, etc. , eram lembrados, mas sem tanta insistência como os anteriores” (Pereira, 1999, p. 4).

Neste estudo, cujo objetivo está em servir como um ponto de partida para novas reflexões sobre a constituição de uma identidade infantil em São Paulo nas primeiras décadas da República, as produções investigadas foram como que reflexos nem sempre nítidos de uma dada época, que nos auxiliaram a penetrar em um mundo de representações e prescrições sobre a higienização e constituição de uma história da infância .

As preocupações com a constituição de uma infância sadia, principalmente com as crianças das classes populares, serão analisadas, bem como a condição alçada, por essa fase do desenvolvimento humano, a essa época. Para esta discussão serão realizadas incursões aos trabalhos sobre a infância de Moyses Kulhmann Junior, tais como: **Educando a infância brasileira** (1998) tomando contato com um panorama histórico dos cuidados dispensados à infância desde dos primórdios de nossa história, interessando para nosso trabalho as ações ocorridas no início do século XIX, influenciadas pelos preceitos de higiene, eugenia e saúde escolar; **A circulação das idéias sobre a educação das crianças: Brasil início do século XX** (2002) panorama dos eventos realizados neste período em defesa de uma qualidade de vida das crianças. Por fim, o livro **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica** (1998), especialmente o capítulo inicial que faz algumas reflexões sobre a história da infância a partir de um levantamento bibliográfico sobre o tema. Destacamos, também, o volume 26 da revista Educação e Pesquisa o qual oferece a seus leitores um conjunto de artigos que buscam compor um quadro histórico das condições da infância no Brasil.

A metodologia empregada foi considerada em função de cada objetivo a ser alcançado. Para o desenvolvimento da pesquisa foram consultados os números que compõem os volumes publicados da Revista Educação no período indicado para este trabalho, especialmente as seções “Através de Jornais e revistas” e “Fatos e Iniciativas”, os Arquivos de Assistência infância (1901 a 1929) e os Arquivos da Faculdade de Higiene e Saúde Pública, do acervo das faculdades de Saúde Pública e Medicina da Universidade de São Paulo, bem como as atas dos Congressos Brasileiros de Proteção à Infância.

Com o intuito de estabelecer um panorama que focalizasse as condições sócio-culturais e econômicas que envolviam os aspectos da constituição da infância e as condições da educação a elas destinada, foram necessários o amparo de obras referentes à História do Brasil e à História da Educação Brasileira, assim como, consultar-se-á as dissertações de mestrado e teses de doutoramento que focalizaram este tema em diversos contextos e perspectivas, especialmente àqueles publicados nas faculdades de Educação, Medicina e Saúde Pública. Após o levantamento do material e sua digitação no Banco de

Dados, será realizada a formatação e a concepção da listagem destes textos. Levando-se em conta os estudos teóricos e visando constituir o maior número possível de relacionamentos de informações sistematizadas, estabelecer-se-á um critério lógico e coerente para selecionar os materiais, para que nenhum escape ao tema; portanto, todos os artigos selecionados e contidos na listagem possuirão alguma informação sobre concepções de *infância*.

Referências Bibliográficas

- BRITES, Olga. “Infância, Higiene e saúde na propaganda (usos e abusos nos anos 30 a 50)”. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 20. n°. 39, 2000, p. 249-278.
- CARVALHO, Marta Maria C. **Molde Nacional e Forma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da “Associação Brasileira de Educação” (1924-1931)**. EDUSF, 1998, Bragança Paulista, São Paulo.
- CATANI, Denice Barbara & VILHENA, Cynthia Pereira de S. A imprensa periódica educacional e as fontes para a história da cultura escolar brasileira. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n.º 37, 1994, p. 177-183.
- FAUSTO, Bóris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano - Sociedade e Política (1930-1964)**. São Paulo, Difel, 1981, Tomo III, V.3.
- GONDRA, José G. “A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX”. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.26, n° 1, jan/jun 2000, p. 99-117.
- KUHLMANN, Moysés. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.
- KUHLMANN, Moysés. “A circulação de idéias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX”. In: Os intelectuais na história da infância. (org) Marcos Cezar de Freitas e Moyses Kuhlmann, São Paulo: Cortez, 2002.
- LIMA, Gerson. Zaneta de. Saúde Escolar e Educação. São Paulo: Cortez, 1985.
- STEPHANOU, M. “Medicina e discurso científico para a educação”. IN: Grupo de Trabalho de História da Educação da 21ª. Reunião Anual da ANPED. 1998.
- VEIGA, Cynthia; GOUVEA, Maria C. S. “Comemorar a infância nas primeiras décadas republicanas” Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 26, n°.1, jan/jun. , 2000, p.135-160
- VILHENA, Cynthia Pereira de Sousa. *Família, Mulher e Prole: A doutrina Social da Igreja e a política social do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo, FEUSP, 1988, Tese de Doutorado.